

O fracasso de dois populismos – o liberal e o desenvolvimentista – desde o Plano Real

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Conferência pronunciada no seminário promovido pela setor de Administração Hospitalar e Sistemas de Saúde da EAESP/FGV, “Relação entre o Público e o Privado na gestão da saúde”. São Paulo, 10 de março de 2015.

Chamada: desde o Plano Real, o Brasil está metido em uma armadilha de juros altos e câmbio apreciado no longo prazo, da qual não consegue escapar devido ao populismo econômico tanto de desenvolvimentistas quanto de liberais. E por isso sua economia está desde então semiestagnada. A essa crise de longo prazo somou-se, no início de 2015, uma crise econômica e política de curto prazo.

O Brasil avançou muito na área social, desde 1980, e especialmente desde a constituição de 1988. Entretanto, a economia brasileira está parada desde 1980. Entre 1950 e 1980 o Brasil crescia a uma taxa média altíssima, de 4.1%. Desde 1980, o Brasil cresce a uma taxa de 0,9% ao ano. Isso faz uma diferença brutal em 10 anos, pior ainda em 20 anos. Realmente o Brasil cresceu muito pouco nesses últimos anos, e as taxas baixas de crescimento dos últimos quatro anos não são a exceção mas a regra. Já na área social o avanço foi significativo: em 1980 o gasto brasileiro na área social correspondia a cerca de 11 a 12% do PIB, e hoje corresponde a 23% - o que mostra que dobrou em termos relativos. Em termos absolutos aumentou mais, mas teria aumentado muito mais se o Brasil houvesse continuado a crescer como crescia até 1980. Gasta-se mais na área social, especialmente na saúde, e mais ainda na educação. Houve uma mudança completa na política brasileira em relação a educação a partir da transição democrática. Pela primeira vez na história do Brasil, a educação fundamental foi colocada como prioridade. Nos anos 70 os militares deram prioridade à educação superior e principalmente a educação pós-graduada. Estavam interessados nas elites e ponto final. A educação fundamental, nesses últimos 25 anos, sem dúvida foi privilegiada. Isso, além de importante, é também muito bom.

O mesmo avanço nos vemos na área da saúde, desde que a Constituição definiu o direito universal à saúde e, em seguida, o SUS foi criado. Eu costumo dizer que a maior conquista da democracia brasileira, além da própria democracia, é o SUS. O fato de o Brasil ter um sistema universal de saúde com uma renda per capita de apenas 12 mil dólares é uma coisa completamente fora da linha. Eu não creio que exista qualquer outro país com uma renda desse nível e que tenha um sistema de saúde tão abrangente quanto o nosso.

Mas desde 1980 o Brasil parou no plano econômico e isto está criando um problema muito sério. Como entender o que está acontecendo? Estou convencido que o mau desempenho econômico do Brasil está associado a duas coisas: à perda da ideia de nação e alta preferência pelo consumo imediato. Nossa dependência nos leva a aceitar políticas econômicas que interessam aos países ricos e não a nós –principalmente a política de crescimento com déficit em conta-corrente, que na teoria econômica é chamado de “poupança externa” porque esses déficits são financiados por empréstimos e investimentos das empresas multinacionais. Esses déficits abrem espaço para que os países ricos ocupem sem reciprocidade o mercado interno do Brasil. Por outro lado, a alta preferência pelo consumo imediato significa que não estamos dispostos a fazer qualquer sacrifício no curto prazo em nome do desenvolvimento econômico, significa que não aceitamos uma taxa de câmbio mais depreciada, que torne competitivas as boas empresas industriais nacionais, porque isto não interessa, no curto prazo, a todos, que verão sua capacidade de consumo diminuída, e, sempre, aos capitalistas rentistas e os financistas.

Eu acabei de publicar o livro, *A Construção Política do Brasil*, no qual faço uma ampla análise da economia, da sociedade, da política brasileira desde a independência. Há apenas um capítulo sobre a Colônia, explicando as razões do atraso do Brasil que aconteceram na Colônia e não no Império, ao contrário do que analistas principalmente estrangeiros afirmam. Nesse livro eu divido a história do Brasil em três grandes ciclos da relação estado e sociedade. Durante o Império ocorreu um ciclo que eu denomino Ciclo Estado e Integração Territorial, porque foi nesse período que o estado brasileiro foi formado; nesse período também que se conseguiu, a duras penas, garantir a integridade territorial do Brasil.

Depois disso houve o período da primeira república, que é um período de transição. A partir de 1930 até 1977, nós temos o que eu chamo de Ciclo Nação e Desenvolvimento, que poderia também ser chamado de “a revolução capitalista brasileira”. Nesse momento o Brasil, que era um país agrícola, exportador de café, se transforma num país industrial, exportador de manufaturados; em 1980, 60% das exportações brasileiras já eram de manufaturados.

A grande figura desse período é Getulio Vargas, que domina completamente os primeiros 30 anos. Depois de uma crise entre 1961 e 1964, seguida de um ajuste nos três anos seguintes, as políticas nacional- desenvolvimentistas, que Getulio Vargas havia instalado no Brasil nos anos 30, são retomadas pelos militares, tendo Antonio Delfim Netto como principal formulador econômico. Mas há uma diferença: há uma exclusão dos trabalhadores do pacto social que existira no tempo de Vargas.

Esse foi o período em que o Brasil se definiu como nação; é o momento em que se forma a nação brasileira – coisa que não tinha acontecido durante o Império. A ideia que existe o Império, o Ocidente, e que é preciso que o Brasil seja capaz de se defender dele e adotar as políticas econômicas necessárias para seu desenvolvimento torna-se dominante. Não faz sentido o país se subordinar às recomendações e sugestões dos países ricos, cujos interesses são diferentes dos nossos. Foi então que rejeitamos a recomendação de o Brasil voltar a ser um país agrícola – algo que está, nestes últimos 30 anos, voltando a ocorrer.

A revolução capitalista é uma revolução que ocorre a nível mundial. Ela começou no norte da Itália, no século XIII. O primeiro país que a terminou foi a Inglaterra quando ela completou a sua revolução industrial, por volta de 1800. A partir de então o mundo muda totalmente, porque muda seu centro, este se torna poderoso, e se torna capaz de submeter à condição de colônia toda a Ásia e a África. Agora o desafio para cada país atrasado, subdesenvolvido, é fazer a sua própria revolução industrial ou a sua revolução capitalista. Os primeiros países que, depois do Reino Unido, realizaram sua revolução capitalista, foram a França e da Bélgica; já um atraso um pouco maior nos Estados Unidos e a Alemanha, mas esses formaram o Ocidente. Os demais passaram a ter como problema ter que enfrentar o imperialismo do Ocidente.

O Brasil só fez a sua revolução capitalista, completada pela revolução industrial, no período de 1930 a 1980, no quadro do Ciclo Nação e Desenvolvimento. Ao final desse período, o Brasil era uma sociedade industrial, já tinha uma grande classe empresarial, tinha uma grande classe média, burguesa, uma grande classe média tecnoburocrática vivendo de ordenados nas empresas e nas organizações do Estado, e uma classe operária muito grande. Enfim, houve uma grande transformação em toda sociedade brasileira na medida em que ela se tornava uma sociedade capitalista moderna.

O motivo pelo qual o país parou em 1980 é muito claro. Foi fundamentalmente porque nesse ano toda a América Latina mergulhou numa grande crise financeira, chamada a crise da dívida externa, No Brasil a crise foi causada porque o país aceitou as recomendações dos nossos senhores no Ocidente. Na verdade, nós não somos parte do Ocidente. O Ocidente é o OCDE menos o México. Ocidente são os países ricos, é o Império. O Japão faz parte do Ocidente, o Brasil não.

Já na segunda parte dos anos 1970 nós aceitamos a recomendação do Ocidente de “crescer com poupança externa”, ou seja, crescer com déficits em conta corrente que necessitam ser financiados e causam o aumento da dívida externa financeira e da dívida externa patrimonial (multinacionais).. Cometemos esse erro, nos endividamos fortemente e quando chegou 1980 houve uma serie de acontecimentos que levaram o Brasil e toda a América Latina a quebrar. E durante 12 anos o Brasil viveu nessa crise financeira, que desencadeou uma alta inflação inercial da qual todos se lembram, uma inflação indexada, que oferecia uma grande resistente à queda, e que permitiu que o país “convivesse” com ela durante 14 anos. Evidentemente essa foi a causa da estagnação do período, a crise financeira e a alta inflação. Há quem insista em dizer que foi a crise do Estado substituidor de importações, mas é isso não é verdade.. O Brasil, desde 1967, deixara o modelo simples de substituição de importações e se transformara em um país exportador de manufaturados. Houve uma transformação enorme nesse período, provando que o país estava tecnologicamente avançando, que estava se tornando competitivo. Mas nós paramos em 1980 porque quisemos crescer com poupança externa e, é claro, isso não deu certo.

A crise da dívida externa terminou em torno de 1992, através do plano Brady. O Brasil estava, então, preparado para acabar com a alta inflação – o que aconteceu em 1994, com o notável Plano Real. Supus, então, que o Brasil, sem crise da dívida e sem alta inflação, cresceria de maneira maravilhosa. Porém isso não ocorreu: os

oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso foram de baixo crescimento e marcado por duas crises financeiras, uma muito grande no final de 1998, e uma segunda em 2002.

No governo Lula a taxa de crescimento dobrou e ele terminou seu governo vitorioso. No entanto, a taxa de crescimento dobrou nesse período essencialmente porque houve um *boom* de commodities, ou seja, o preço das commodities exportadas pelo Brasil aumentou enormemente. E com isso, o Brasil quase triplicou as suas exportações, sem aumentar a quantidade exportada – apenas devido ao aumento dos preços. Foi o que permitiu que a taxa de crescimento do PIB dobrasse.

Houve quem dissesse que “agora o Brasil retomou o crescimento e vamos crescer” – entre eles economistas muito bons, meus amigos inclusive, e também os economistas estrangeiros e os mercados financeiros que então ganhavam rios de dinheiro com o Brasil. Foi então que *The Economist* publicou uma capa em que o Cristo Redentor virava um foguete que subia para o céu. Eu olhava tudo isso surpreso, porque em 2007, quando esse otimismo estava no auge eu havia publicado um livro que tinha me dado muito trabalho, sobre a macroeconomia do Brasil, cujo título era *Macroeconomia da Estagnação*. Eu estava então desenvolvendo todo um conjunto de teorias que eu chamo de Novo Desenvolvimentismo, e as usava para entender o Brasil e sua macroeconomia. Eu comecei a escrever esse livro em 2004 terminei em 2006; quando o livro saiu publicado, em 2007, eu parecia um bobo. O país crescendo forte e eu falando de macroeconomia da estagnação. Mas não demorou muito e nós voltamos a condição normal do baixo crescimento brasileiro.

Por que esse baixo crescimento depois de havermos resolvido os problemas da crise financeira da dívida externa e da alta inflação? Essencialmente porque, desde o Plano Real, o Brasil está metido em uma armadilha de taxa de juros muito altos e de taxa de câmbio sobreapreciada no longo prazo. Uma armadilha da qual nem a oposição liberal-dependente, nem o governo desenvolvimentista – ambos vítimas do populismo econômico e, mais amplamente, da alta preferência pelo consumo imediato – se revelam capazes de escapar. O populismo *político* não tem nada de negativo; é, em sociedades pouco desenvolvidas, a política de líderes carismáticos que estabelecem uma relação direta com o povo, sem a intermediação de partidos políticos e de ideologias (que aliás não existem). Já o populismo econômico é por definição negativo, e pode ser tanto *fiscal*, quando o Estado gasta mais que arrecada e incorre de maneira irresponsável em altos déficits fiscais, quanto *cambial* quando o Estado-nação (ou seja, o setor privado mais o Estado) gasta mais que arrecada e incorre de maneira irresponsável em elevados déficits em conta-corrente. Os economistas liberais denominam sua administração macroeconômica de “tripé macroeconômico”, pretendendo que esta seja a chave de uma política macroeconômica responsável, mas, na verdade, ela se confunde com o populismo cambial. Eles veem como favoráveis para o crescimento déficits em conta-corrente, porque seriam “poupança externa”, quando na verdade, esses déficits resultam em mais consumo, não em mais investimento, e sempre em aumento do endividamento externo do país, devido à alta taxa de substituição da poupança interna pela poupança externa. Já os economistas desenvolvimentistas, além de incidir em populismo cambial, incidem com frequência em populismo fiscal em

nome de Keynes, que, aposto, deve se revirar na cova pelo uso de seu nome em vão. Nestes últimos doze anos o governo desenvolvimentista conseguiu evitar o populismo fiscal em onze desses anos (só foi populista fiscal em 2014), mas também se entregou gostosamente ao populismo cambial.

A taxa de câmbio parece uma coisa muito complicada, muito difícil, mas não é tão complicada assim: quando a taxa de câmbio está sobreapreciada no longo prazo, isto significa que as empresas brasileiras, mesmo aquelas que usam a melhor tecnologia disponível no mundo no seu setor, não serão competitivas; as empresas estrangeiras poderão vender inclusive dentro do Brasil a um preço menor e ainda assim ter lucro. Elas não poderão, portanto, vender os bens que produzem ao mesmo preço que as empresas estrangeiras.

Uma moeda nacional apreciado representa um grande ônus para um país. E isto é que vem acontecendo conosco desde 1990, quando o Brasil fez a abertura comercial sem perceber que estava, ao mesmo tempo, deixando de neutralizar a doença holandesa – a principal causa da sobreapreciação de longo prazo da taxa de câmbio brasileira. A doença holandesa é uma sobreapreciação de longo prazo da taxa de câmbio causada pela existência de recursos naturais abundantes e baratos que permitem a exportação de commodities que utilizam esses recursos a uma taxa de câmbio bem mais apreciada do que aquela necessária para as empresas industriais que usam tecnologia no estado da arte mundial. A doença holandesa no Brasil implica uma desvantagem competitiva de cerca de 20%. Mas como será que o Brasil cresceu antes não obstante essa doença? Porque a neutralizou através de um imposto de exportação disfarçado. Alguns de vocês talvez se lembrem que antes de 1980 os cafeicultores estavam sempre indignados contra o que chamavam de “confisco cambial”. Isso era um imposto sobre a exportação do café, disfarçado, mas que todo mundo via e que era essencial para que essa neutralização acontecesse e que a taxa de câmbio ficasse no nível correto. Isso acabou quando? Quando o Brasil faz a sua abertura comercial em 1990, porque os sistemas de neutralização e de confisco cambial estavam embutidos no sistema comercial brasileiro em tarifas muito altas de importação, em altos subsídios à exportação de manufaturados. Com isso as empresas brasileiras passaram a ter uma desvantagem competitiva de cerca de 20%, quando compete exportando para outros países, e de 20% menos os 12% (tarifa de importação média) quando vende para o mercado interno. Com isso o Brasil entrou em um processo de forte desindustrialização: a indústria brasileira chegou a representar 28% do PIB nacional, hoje representa 13%, uma queda muito grande; as exportações chegaram a 62% do PIB em 1992, hoje representam 36%. Em resumo, o Brasil voltou a ser exportador de produtos primários e ninguém teve coragem ou capacidade de reverter isso.

Quando eu participei do governo do Fernando Henrique Cardoso, fiquei indignado com a política que estava sendo adotada, porque eu via que ela ia levar o país para a crise financeira, como de fato levou. Cheguei a escrever carta para o presidente advertindo sobre isso, pedindo que ele mudasse a política. Não mudou e o país foi para essa grande crise em 1998-1999. Agora dizem que aquele governo foi uma maravilha. Maravilha foi o Plano Real; foi a honestidade do presidente; foi o trabalho realizado na área social, na dos direitos humanos, e na da alta preferência pelo consumo imediato. No governo Fernando Henrique houve muito pouco

crescimento. Quando a gente examina esse governo, o problema fundamental foi essa armadilha dos juros muito altos e o câmbio apreciado. Foi depois do Plano Real que os juros ficaram altíssimos – o que fez entrar muito capital no Brasil. Votamos à política de crescimento com poupança externa. Fernando Henrique declarou então que o Brasil ia crescer com poupança externa, isso quer dizer, cresceria com déficit em conta corrente, portando com endividamento externo. Ele imaginava que com a poupança externa, que chegou a quase 5% do PIB em 1999, a taxa de investimento do Brasil em relação ao PIB iria passar de 17 para 22% e o país cresceria. Só que essa poupança externa – os déficits em conta-corrente financiados por empréstimos e investimentos diretos – apreciou o câmbio. Quando aprecia o câmbio todo mundo fica mais rico, todo mundo aumenta o consumo e não o investimento. A economia, no final de cinco anos, tinha taxa de investimento de 17%, os mesmo 17%, tudo o que havia vindo na forma de investimentos diretos virou consumo e dívida externa.

A partir disso comecei a montar minha abordagem teórica, o Novo Desenvolvimentismo. Vendo o que havia ocorrido no governo Fernando Henrique eu me perguntava se o baixo crescimento e a instabilidade financeira acontecia porque esse governo, ao contrário do que eu esperava quando cheguei nele, foi um governo liberal ao invés de desenvolvimentista. Nesse governo o Estado não teve um papel importante no processo de desenvolvimento econômico de base industrial, e não se buscou nele uma inserção autônoma na economia internacional, mas se submeteu ao Ocidente.

A teoria da dependência e o livro que Fernando Henrique Cardoso publicou em conjunto com Enzo Faletto em 1969, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* ajuda a explicar a perda da ideia de nação e o governo Fernando Henrique. Na chamada teoria da dependência associada, ele chegara à conclusão que a única solução que o Brasil tinha era de se *associar* ao Império, aos Estados Unidos principalmente, porque nossos interesses e dos desse país e, mais genericamente, do Ocidente, não seriam conflitantes. Isso contraria tudo o que eu penso sobre economia e desenvolvimento econômico. Meu entendimento é que nós vivemos num mundo capitalista no qual há uma grande competição que não é apenas uma competição entre empresas; é também uma competição entre estados-nação. E é claro que os estados-nação mais poderosos têm interesses bem diferentes dos nossos, especialmente porque têm mão de obra cara e nós temos mão de obra relativamente barata. Isso cria uma possibilidade de competição da nossa parte que *não* os agrada de forma nenhuma. Seu interesse é o de neutralizar a competição que vem dos países em desenvolvimento, e, principalmente, é o de *ocupar* nossos mercados internos com suas mercadorias, com seus financiamentos, e com suas empresas multinacionais. Graças a essas duas formas de ocupação de mercados os países ricos recebem imensas receitas nos países em desenvolvimento sob a forma de remessas de juros e lucros para suas matrizes. Isto acontece na América Latina, não na Ásia. A contrário dos brasileiros, que pensam que são europeus, os asiáticos jamais se imaginam europeus e a sua ideia de nação é mais forte.

Em janeiro de 2003 começa o governo do Lula, e eu, que ainda estava no PSDB e não votei no candidato do PT, pensei que talvez agora o Brasil voltaria a crescer, porque logo Lula adotou uma posição desenvolvimentista e social. Mas isso não

aconteceu porque Lula e depois, Dilma, foram incapazes de tirar o Brasil da armadilha do juro alto e do câmbio apreciado desde o Plano Real. Em seus oito anos de governo, Lula deixou que a taxa de câmbio se depreciasse brutalmente, e, assim, inviabilizou o governo de Dilma Rousseff. Em janeiro de 2003 ele recebeu o país no meio de uma crise financeira – a segunda crise do governo Fernando Henrique, quando a taxa de câmbio estava, a preços de hoje, a 6,50 reais por dólar (a preços daquela época era 3,95). A taxa de câmbio competitiva ou industrial para o Brasil devia ser, naquela época, cerca de 3,00 reais por dólar, mas ele deixou que o real fosse apreciando e apreciando, e afinal entregou ao governo Dilma uma taxa de câmbio de 2,00 por dólar! Deixar que a taxa de câmbio se aprecie é uma delícia para o governante, porque a inflação diminui, os salários e os demais rendimentos aumentam, e todos ficam felizes. Assim Dilma começou seu governo enfrentando uma missão impossível: depreciar o real em cerca 50% para tornar as boas empresas brasileiras competitivas. Agora ela não tinha mais uma forma fácil de combater a inflação, que é apreciar o câmbio. Pelo contrário, precisava depreciá-lo, o que gera uma certa inflação e reduz todos os rendimentos (salários, juros, dividendos e aluguéis) – algo profundamente impopular.

Dilma recebeu uma herança maldita do Lula. A herança que o Lula recebeu do Fernando Henrique era uma crise financeira, mas era uma herança bendita porque a taxa de câmbio estava lá em cima. Era fácil colocar ordem na casa com aquela taxa de câmbio que podia ir apreciando; mas é muito difícil governar começando com a taxa de câmbio lá embaixo. Afinal, Dilma fracassou no seu primeiro governo. Ela fez um esforço grande, percebeu que o problema fundamental era a taxa de câmbio e a taxa de juros, conseguiu reduzir fortemente a taxa de juros enfrentando o sistema financeiro e os capitalistas rentistas, e conseguiu depreciar em cerca de 20% o real. Mas isto não foi suficiente para levar as empresas a investir. Por outro lado, os preços internacionais das commodities exportadas (em particular, soja e minério de ferro) deixaram de subir nos dois primeiros anos de seu governo, e caíram verticalmente nos últimos dois anos. Em consequência, além de o país não ter retomado o crescimento, no final do governo Dilma a economia brasileira começou a entrar em recessão.

Para entender o Brasil é necessário compreender que dentro da classe capitalista existem de um lado os empresários e de outro, os capitalistas rentistas, inclusive de classe média tradicional, que vivem de juros, aluguéis e dividendos, e os financistas que administram as riquezas dos rentistas. Entre os empresários é preciso distinguir os empresários nacionais na indústria e nos serviços sofisticados tradable, as empresas multinacionais, e as empresas non tradable, ou seja, que não participam do comércio internacional, como a de construção civil, de restaurantes, etc. Para o Brasil se desenvolver, terá que haver uma aliança dos trabalhadores e das classes médias tecnoburocráticas associadas ao Estado com os empresários industriais. Essa será uma coalizão de classes ou um pacto político desenvolvimentista, em oposição à coalizão de classes liberal, formada por rentistas, financistas e interesses estrangeiros. A coalizão de classes desenvolvimentista é compatível com o desenvolvimento econômico, a segunda não. Lula entrou no governo com a intenção de fazer um pacto desenvolvimentista e social. Ele criou o Conselho, um grande conselho onde havia muitos empresários, além de alguns políticos e de representantes de associações de classe. Várias outras medidas foram tomadas para formar o desejado pacto desenvolvimentista,

e em alguns momentos parecia que o pacto estava se formando. Dilma continuou essa política, mas ela não é hábil do ponto de vista político. E não apenas por isso, mas principalmente porque foi derrotada em sua tentativa de baixar juros e depreciar o real, ela não logrou o apoio dos empresários industriais.

O governo Lula apreciou violentamente o real, mas terminou vitorioso, com uma taxa de crescimento em 2010 de 7,4% do PIB. Quem sofreu as consequências dessa apreciação foi o governo Dilma. Por que não caíram em cima dele as consequências negativas dessa apreciação? Porque o maior crescimento, possibilitado por um boom de commodities, deu origem a um grande mercado interno, mas esse mercado foi, no governo Dilma, capturado pelos importadores de manufaturados. A importação de bens industriais não é como a importação de commodities. Os importadores levam geralmente três anos para se organizar. Assim, quando começou o governo Dilma, ela recebeu no colo a crise – a indústria brasileira que já perdera o mercado externo devido à sobreapreciação cambial, perdeu também mercado interno.

Havia no governo e entre os economistas desenvolvimentistas populistas uma velha tese: o Brasil deveria crescer voltado para o mercado interno e não para as exportações. Mas isto não faz sentido econômico. Para aumentar o seu mercado interno o Brasil deve exportar manufaturados a partir de uma taxa de câmbio competitiva ou de equilíbrio industrial. O governo do PT entre 2011 e 2014 foi realmente um governo de centro esquerda, um governo identificado com os pobres. Não há dúvida sobre isso. No governo Lula o mercado interno cresceu fortemente graças à sua grande realização: a diminuição da brutal desigualdade existente no país. Um aumento substancial do salário mínimo e a Bolsa Família reduziram a desigualdade de maneira substancial. Não foi bem sucedido no plano econômico porque não soube administrar a macroeconomia.

No terceiro ano do governo da Dilma, dado que o crescimento não acontecia e que a inflação começava a aumentar, a oposição, que estivera calada, sem discurso, começou então a falar sobre coisas reais: que o PIB do governo era um “pibinho”, que a inflação estava voltando. Não bastassem essas críticas, a missão impossível herdada de Lula, o desaquecimento da economia mundial desde 2009 e a queda do preço das commodities que então ocorria, surge em 2013 um problema político grave que enfraquecerá o governo: o julgamento do Mensalão, no qual são condenados pelo Supremo Tribunal Federal vários dirigentes do PT. Tudo isso e mais o simples fato que o governo, ao deixar o real se apreciar, não garantia uma taxa de lucro minimamente satisfatória, e compreenderemos por que a coalizão de classes desenvolvimentista pensada por Lula entrou em colapso. Os empresários industriais que são necessariamente a base de um pacto desenvolvimentista voltaram a se associar a toda a burguesia brasileira rentista e financista, de forma muito parecida a sua associação entre 1964 e 1977. E nesta burguesia, agora unida, surge um clima de ódio, principalmente na classe média e rentista, em relação ao governo do PT e a Dilma. O governo do PT deixava de ser um adversário político para ser um inimigo. Por quê? Porque havia fracassado no plano econômico e porque fora bem sucedido no plano social: porque tinha demonstrado firmemente uma preferência pelos pobres num país que não crescia. Um país que não cresce, ou cresce muito pouco, associado à preferência pelos pobres, deixa a alta classe média e os ricos em geral extremamente irritados e os torna mais conservadores.

Acabaram desenvolvendo uma coisa muito desagradável que é o ódio. E foi nesse quadro que ocorreram as eleições de outubro de 2014.

É nesse quadro que estoura um segundo escândalo, o escândalo da Petrobras, mas ainda assim Dilma foi eleita. Foi eleita pelos pobres. É só verificar os dados. Foi eleita pelos pobres e pelos pouco instruídos: os bem instruídos e os ricos votaram na oposição. A oposição perdeu, mas a diferença foi pequena, a crise da Petrobras aumentava, com mais revelações, a recessão econômica ficava cada vez mais clara, a inflação subia de 6 para 8%. De repente, no início de 2015, nós vimos a presidente reeleita envolta numa profunda crise. Uma crise política e uma crise econômica. A crise econômica, definida pela recessão, mas que aconteceu em um momento em que o país não tinha mais munção fiscal para enfrentá-la, porque, ao mesmo tempo, o país apresentava um déficit em conta-corrente de 4,6% do PIB e um superávit primário que caiu de 1,9% em 2013 para 0,6% do PIB. Uma crise de curto prazo que tinha, por trás, a quase-estagnação da economia brasileira desde 1990. Uma crise que marcou o fracasso do desenvolvimentismo populista do PT, como, antes, a crise financeira de 1998-99, no Brasil, e a crise financeira global de 2008 e a Grande Recessão (2009-2014) marcaram o fracasso do liberalismo econômico.

Uma crise política que se definia, principalmente, pela perda de confiança não apenas dos mercados, mas também da sociedade civil. E que se expressou na demanda de impeachment da presidente – uma demanda sem nenhuma base jurídica. Uma crise na qual vemos de volta, como um fantasma, o “udenismo”. Houve, entre 1945 e 1964 um partido liberal que se denominava UDN. Era um partido que representava os cafeicultores e dos outros exportadores de *commodities*, a classe média tradicional e rentista, e os interesses estrangeiros. Eles perdiam as eleições mas recorriam a golpes; sempre evidentemente em nome da democracia, porque eles se diziam muito democráticos. Eles tiveram, afinal, “êxito” quando derrubaram e levaram ao suicídio Getúlio Vargas. Agora, no início de 2015, vimos a UDN reaparecer agora denominada PSDB.

Hoje, o quadro político é complexo. Os novos udenistas voltaram a falar em impeachment e em renúncia. Sem qualquer real apoio na sociedade brasileira, sem qualquer base jurídica. Quando eu ouvi um professor da Faculdade de Direito da USP – da escola em que me formei bacharel de direito – escrever no *O Estado de São Paulo* um artigo falando em renúncia, eu fiquei envergonhado. Por ele, que dizia tolices antidemocráticas, mas também por mim, porque quando eu tinha 20 anos, em 1954, e era estudante da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, participei de uma manifestação – de uma marcha da Faculdade até o palácio dos Campos Elísios –, pedindo a renúncia de Getúlio Vargas, que, hoje não tenho dúvidas, foi o estadista que o Brasil teve no século 20.

Diante da firmeza da presidente, que decidiu, contra seu partido, adotar uma firme política de ajuste fiscal, a crise política que é essencialmente uma crise de confiança vai aos poucos perdendo força. Mas é difícil prever como serão os próximos anos no Brasil. Como a direita liberal sofreu um grande golpe devido à crise financeira global de 2008, a esquerda desenvolvimentista sofreu uma derrota agora, seja por seus erros de política econômica, seja pela corrupção em que se envolveu o PT – um grande partido de esquerda social-democrático.

Mas tenhamos uma certeza: não haverá golpe no Brasil, porque nossa democracia está consolidada. A teoria que eu desenvolvi sobre – sobre a relação entre a revolução capitalista e a democracia – me diz que num país como o Brasil, que já fez a sua revolução capitalista, que já tem uma grande classe média, a volta da ditadura é praticamente impossível. A alternativa que nós temos é viver esses próximos quatro anos “sangrando”, como disse um político do PSDB. Ou a presidente aos poucos recuperar sua capacidade de governar. O que é importante é que nós, brasileiros, não nos metamos a discutir a sucessão presidencial em 2015; ela só deve ser discutida em 2018.

É isso que nós temos que esperar, mas vamos ver. Depende da maturidade, não apenas dos políticos, mas da sociedade brasileira. Quanto a vocês, que estão dedicados à saúde pública, só posso desejar que continuem a lutar pelo SUS, porque o SUS é a vossa – ou a nossa – grande bandeira, é a nossa grande realização.

Muito obrigado!